

Deu. Exter na Negociação difícil

Anuncia-se que o Clube de Paris endurece: só negociaria após um acordo entre o Brasil e o FMI. Tudo indica que teremos um reacquecimento na negociação de nossa dívida externa.

A posição brasileira é de não aceitar mais a tutela daquele organismo internacional. A posição do Clube de Paris levaria toda a questão à estaca zero. Voltariamos ao ponto de partida. De um lado os credores a defenderem os seus interesses imediatos e de outro o Brasil tentando manter um projeto de crescimento que é o único caminho para assegurar a paz social entre nós. Não existem pontos de entendimento que se apresentem exequíveis neste momento.

A posição do Clube de Paris parece mais ditada pelas conseqüências que adviriam de um acordo heterodoxo com o Brasil. Parece certo que outros países tentariam o mesmo caminho. Isto poderia criar — de imediato — sérias dificuldades para o sistema financeiro internacional. Entretanto, a posição brasileira é forte.

Adotada a alternativa defendida pelo FMI, abolido o crescimento no Brasil e nos demais países devedores, surgiria a impossibilidade prática de pagamento da dívida. Seria todo o sistema financeiro internacional que entraria em crise.

A posição defendida pelo Brasil é mais conciliatória: não nega a dívida e nem afirma não querer pagá-la, mas exige que sejam encontradas condições para que possa cumprir seus compromissos. Só o imediatismo e a ambição dos agentes do sistema financeiro internacional não vêem a racionalidade da posição adotada pelo Brasil.

A posição dura em nossos meios políticos é de se adotar a moratória como solução. Em princípio ela não pode ser afastada. Entretanto, é inegável que se for declarada unilateralmente — direito que nenhuma nação soberana abre mão — traria complicações para nossa economia. Só em último recurso esta alternativa deve ser en-

carada. Seria, porém, ignorar a complexidade das relações internacionais pensar que somente nós fôssemos atingidos. Caso não haja acordo, os credores também entrariam em crise pois não seríamos os únicos a adotar esta posição, mas seguidos por outros países, mesmo porque somos um dos devedores mais moderados.

A declaração feita por Claude Cheysson vem em um momento infeliz. O governo acaba de tomar medidas de austeridade que foram recebidas com restrições pela opinião pública. Espera-se um endurecimento de nossos negociadores. Agora o governo encontra, no plano internacional, um elemento que pode restaurar seu prestígio interno. Uma posição combativa e em defesa de nossos interesses pode restaurar sua popularidade, despertar o apoio de setores que hoje se mobilizam em combate às recentes reformas do Plano Cruzado.

Seria, entretanto, irresponsável se jogar pela ruptura. As declarações de Cheysson devem ser tomadas mais como uma resposta à entrevista do ministro da Fazenda, em que ele não exclui, em última instância, a declaração de uma moratória. Estamos a assistir às tomadas de posição em que os negociadores procuram colocar de seu lado todas as chances de defesa dos interesses que representam e que querem ver vitoriosos.

É indubitável que a posição prenunciada do Clube de Paris introduz um novo ingrediente em nossa política. Esperava-se que as discussões sobre a dívida externa com os nossos credores internacionais introduziriam uma nova dimensão em nosso debate político. O que se pode dizer é que isto está ocorrendo antes do que se esperava.

É importante para nós que se chegue a um acordo que resguarde os interesses nacionais. Com a reforma do Plano Cruzado, o governo brasileiro reforçou as possibilidades de êxito mas não se pode prever facilidades. A luta será árdua.